Fonte: http://www.igac.pt/

Legislação sobre Propriedade Intelectual:

Decreto n.º 4114, de 17 de abril de 1918

Conservatória do Registo da Propriedade Literária, Artística e Científica

Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

Ver CDADC versão republicada com a Lei n.º16/2008, de 1 de abril (anexo I) Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro

Decreto-Lei n.º 433/78, de 27 de dezembro

Estabelece o sistema de registo das entidades de gestão coletiva de direitos autor e atualiza as tabelas e emolumentos dos Serviços de Registo de Propriedade Literária, Científica e Artística

Lei n.º 12/81, de 21 de julho

Estabelece medidas de proteção da música portuguesa na sua difusão pela rádio e pela televisão

Decreto- Lei n.º 74/82, de 03 de março

Regulamenta o depósito legal

Decreto-Lei n.º 150/82, de 29 e abril

Defesa da genuinidade e integridade das obras do domínio público

Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março

Aprova o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos

Ver CDADC versão republicada com a Lei n.º16/2008, de 1 de abril (anexo I) Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro

Lei n.º 45/85, de 17 de setembro

Introduz diversas alterações ao Código do Direito de Autor, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março

Ver CDADC versão republicada com a Lei n.º16/2008, de 1 de abril (anexo I) Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à

sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro

<u>Decreto-Lei n.º 39/88, de 6 de fevereiro</u>, alterado pelo <u>Decreto-Lei n.º 121/2004, de 21</u> de maio

Estabelece normas relativas à classificação de videogramas. Versão consolidada IGAC

Decreto-Lei n.º 227/89, de 8 de julho

Sujeita o exercício da atividade de importação, fabrico, edição, distribuição e exportação de fonogramas à fiscalização da IGAC

Lei n.º 114/91, de 3 de setembro

Altera o Código de Direito de Autor e de Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 45/85, de 17 de setembro e adita o artigo 218º sobre o regime das entidades de gestão coletiva do direito de autor e direitos conexos

Ver CDADC versão republicada com a Lei n.º16/2008, de 1 de abril (anexo I) Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro

Decreto-Lei n.º 252/94, de 20 de outubro

Transpõe para a ordem jurídica interna a <u>Diretiva n.º 91/250/CEE</u>, do Conselho, de 14 <u>de Maio</u>, relativa ao regime de protecção jurídica dos programas de computador

Decreto-Lei n.º 315/95, de 28 de novembro

Regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos e estabelece o regime jurídico dos espetáculos de natureza artística

Decreto-Lei nº 80/97, de 8 de abril

Aprova a orgânica da Inspeção-Geral das Atividades Culturais, do Ministério da Cultura (Revogada desde 1 de agosto de 2007, pelo <u>Decreto Regulamentar nº 81/2007, de 30 de julho</u>, com exceção do disposto no Artº 18)

Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro

Transpõe para a ordem jurídica interna a <u>Diretiva 92/100/CEE</u>, do <u>Conselho</u>, de 19 de <u>novembro de 1992</u>, relativa ao direito de aluguer, ao direito de comodato e a certos direitos conexos ao direito de autor em matéria de propriedade intelectual

Decreto-Lei n.º 333/97, de 27 de novembro

Transpõe para a ordem jurídica interna a <u>Diretiva 93/83/CEE</u>, <u>do Conselho</u>, <u>de 27 de setembro de 1993</u>, relativa à coordenação de determinadas disposições em matéria de direito de autor e direitos conexos aplicáveis à radiodifusão por satélite e à retransmissão por cabo

Decreto-Lei n.º 334/97, de 27 de novembro

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 93/98/CEE, do Conselho, de 29 de

<u>outubro</u>, relativa à harmonização do prazo de proteção dos direitos de autor e de certos direitos conexos

Lei n.º 62/98, de 1 de setembro

Regula o disposto no artigo 82º (Compensação devida pela reprodução ou gravação de obra) do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 45/85, de 17 de setembro e Lei n.º 50/2004, de 24 de agosto

Ver CDADC versão republicada com a Lei n.º16/2008, de 1 de abril (anexo I) Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro

Decreto-Lei n.º 122/2000, de 4 de julho

Regula a proteção jurídica das bases de dados

Lei n.º 83/2001, de 3 de agosto

Regula a constituição, organização, funcionamento e atribuições das entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos

Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro

Transpõe para o ordenamento jurídico nacional a Diretiva sobre Comércio Electrónico

Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro

Lei das Comunicações Electrónicas. Alterada pelo <u>Decreto-Lei n.º176/2007, de 8 de</u> maio. Versão consolidada IGAC

Lei n.º 42/2004, de 18 de agosto

Lei da Arte Cinematográfica e do Audiovisual

Lei nº 50/2004, de 24 de agosto

Alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de março, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 45/85, de 17 de setembro e primeira alteração à Lei n.º 62/98, de 1 de setembro Versão republicada

Ver CDADC versão republicada com a Lei n.º16/2008, de 1 de abril (anexo I) Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2004/48/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de abril, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de novembro

Decreto-Lei nº 30/2005, de 10 de fevereiro

Aprova a Tabela de Taxas Emolumentares devidas pelo Registo de Obras Literárias e Artísticas e o respectivo Regulamento. Alterado pelo <u>Decreto-Lei n.º49/2006, de 1 de março</u>.

<u>Decreto-Lei n.º49/2006, de 1 de março</u> Altera o Decreto-Lei nº 30/2005, de 10 de fevereiro

Portaria n.º 238/2011, de 16 de junho

Aprova as taxas a cobrar relativas a atos e serviços prestados no âmbito das suas atribuições pela Inspeção-Geral das Atividades Culturais

Lei n.º 24/2006, de 30 de junho

Transpõe para a ordem jurídica nacional a <u>Diretiva n.º 2001/84/CE</u>, <u>do Parlamento Europeu e do Conselho</u>, <u>de 27 de setembro</u>, relativa ao direito de sequência em benefício do autor de uma obra de arte original que seja objeto de alienações sucessivas no mercado de arte, após a sua alienação inicial pelo seu autor, e altera o <u>Decreto-Lei n.º 332/97</u>, de 27 de novembro.

Decreto-Lei n.º227/2006, de 15 de novembro (Artº 31º e seguintes)

Regulamenta medidas relativas ao fomento, ao desenvolvimento e à proteção das artes e atividades cinematográficas e áudio-visuais, previstas na Lei n.º 42/2004, de 18 de agosto, e cria o fundo destinado ao fomento e desenvolvimento do cinema e do áudio-visual

Decreto-Lei n.º176/2007, de 8 de maio

Procede à primeira alteração à <u>Lei n.º 5/2004</u>, <u>de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Electrónicas)</u>, estabelecendo o regime sancionatório da aquisição, propriedade e utilização de dispositivos ilícitos para fins privados no domínio de comunicações electrónicas. Versão consolidada IGAC

Decreto Regulamentar nº 81/2007, de 30 de julho

Aprova a orgânica da Inspeção-Geral das Atividades Culturais

Lei n.º16/2008, de 1 de abril

Transpõe para a ordem jurídica interna a <u>Diretiva n.º 2004/48/CE</u>, <u>do Parlamento Europeu e do Conselho</u>, <u>de 29 de abril</u>, relativa ao respeito dos direitos de propriedade intelectual, procedendo à terceira alteração ao Código da Propriedade Industrial, à sétima alteração ao Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e à segunda alteração ao <u>Decreto-Lei n.º 332/97</u>, <u>de 27 de novembro</u>

Resolução da Assembleia da República n.º 53/2009, de 30 de ulho

Aprova o Tratado da Organização Mundial de Propriedade Intelectual sobre Direito de Autor, adotado em Genebra em 20 de dezembro de 1996

Lei n.º 109/2009, de 15 de setembro

Aprova a Lei do Cibercrime, transpondo para a ordem jurídica interna a <u>Decisão Quadro n.º 2005/222/JAI</u>, do Conselho, de 24 de fevereiro, relativa a ataques contra sistemas de informação, e adapta o direito interno à Convenção sobre Cibercrime do Conselho da Europa.

Revoga a Lei n.º 109/91, de 17 de agosto.